

**DE OLHO NO CANTO:
TRABALHO DE RUA NA BAHIA
NA VÉSPERA DA ABOLIÇÃO***

*João José Reis***

Os negros ganhadores, escravos e libertos que se dedicavam ao trabalho de rua, me interessam desde quando comecei a estudar, quase três décadas atrás, a revolta dos malês, ocorrida em Salvador em 1835. Meu estudo sobre a revolta mostra que ganhadores principalmente nagôs, reunidos em torno dos *cantos* — grupos de trabalho etnicamente organizados —, haviam desempenhado um papel central no movimento, que assim teve uma importante dimensão étnica. As autoridades baianas estavam tão seguras disso que, logo após terem derrotado os rebeldes, decidiram impor severo controle sobre os cantos de trabalho. Naquela ocasião, escravos e libertos africanos resistiram sistemática, embora pacificamente, ao governo baiano e terminaram conseguindo manter a autonomia desses grupos de trabalho.¹

Em 1857, uma nova tentativa de controlar os ganhadores foi feita, mas estes reagiram com uma greve que durou mais de uma semana.

* Este texto é parte de uma pesquisa maior apoiada pelo CNPq. Agradeço a Walter Fraga Filho e Wlamyra Albuquerque pela indicação de documentos relevantes. Agradeço também os comentários de Antônio Sérgio Guimarães, Flávio dos Santos Gomes, Mariângela Nogueira, Sílvia Hunold Lara e dos membros da linha de pesquisa “Escravidão e invenção da liberdade”, do Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

** Professor do Departamento de História da UFBA.

¹ João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 278-280. Sobre a resistência ao controle dos cantos após 1835, ver João José Reis, “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, 18 (1993), pp. 17-21.

Protestavam contra a obrigação de registro junto à câmara municipal, o pagamento de uma taxa anual, o uso de uma chapa metálica no pescoço com o número da matrícula e a apresentação pelos libertos de fiadores que garantissem seu bom comportamento. O movimento recebeu adesão bem maior do que a revolta de 1835, talvez porque fosse pacífico, com risco menor do que fora o levante armado. A capital da Bahia parou quase completamente seus negócios de transporte, uma vez que este era feito sobre os ombros dos ganhadores. Também a greve de 1857 foi por mim estudada em artigo publicado alguns anos atrás, onde argumentava sobre o papel dos cantos de trabalho, uma vez mais, na mobilização dos grevistas. A greve, ao contrário da revolta de 1835, tinha resultado em ganhos parciais, que o leitor interessado poderá verificar no artigo que escrevi.²

Entre a greve de 1857 e a abolição em 1888 as autoridades baianas continuaram pressionando os ganhadores com tentativas de limitar sua liberdade de trabalho, além da imposição de taxas. Tudo indica que o governo foi aos poucos vencendo a batalha, embora se perceba algumas concessões pelo caminho. O ano de 1880, porém, trouxe uma novidade que certamente marcou um momento importante na história dos ganhadores. No dia 5 de outubro daquele ano publicou-se o “Regulamento policial para o serviço dos trabalhadores do bairro commercial”.³ Este documento, que vai transcrito na íntegra no final deste artigo, nos introduz ao tema central deste artigo: os cantos de ganhadores nas vésperas da abolição.

Falo em abolição porque o trabalho ao ganho foi característico da escravidão urbana na maior parte do Oitocentos. Ao longo da década de 1880, entretanto, o número de escravos nele empregados se reduziria a quase nada. As novas regras de controle dos ganhadores foram elaboradas num ambiente de franca decadência da escravidão em Salvador, e mesmo na Bahia em geral. Em 1872 havia algo entre 72 e 81 mil escravos nos engenhos do Recôncavo baiano, o centro da economia escravista na província. Na mesma data, a população escrava de Salva-

² Reis, “A greve negra”.

³ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), *Polícia. Livro de Matrícula dos Cantos*, maço 7116.

dor girava em torno de 12.500, representando 11,6 por cento dos 108.138 habitantes da cidade.⁴ Infelizmente não conto com dados para a década seguinte, mas o número de escravos provavelmente estava reduzido a menos da metade nas vésperas da abolição no Recôncavo, e menos ainda em Salvador. Uma estimativa para toda a província da Bahia sugere que a população escrava diminuiu de 165.403 para 76.838 entre 1874 e 1887, como decorrência da mortalidade, venda para fora da província, das alforrias e dos efeitos da chamada lei do ventre livre.⁵ Imaginando que o número dos escravos da capital foi reduzido na mesma proporção, teríamos cerca de 6.700 em 1887. Mas como na capital o desmonte do regime escravista se deu com maior intensidade, o declínio da população cativa foi mais vigoroso do que no interior da grande agricultura. Assim, uma estimativa mais realista aproximaria aquele número de algo entre 3.000 e 4.000 escravos em 1887, agora numa cidade com cerca de 140 mil habitantes. Com efeito, o abolicionista Luís Anselmo da Fonseca calculou, precisamente, em 3.172 o número de escravos matriculados em Salvador naquele ano, aos quais talvez se possa acrescentar algumas dezenas não matriculados. Ou seja, entre 1872 e o último ano de escravidão, a parte escrava da população soteropolitana teria declinado de perto de 12 por cento para algo em torno de 2,5 por cento.⁶

Assim, o novo regulamento dos ganhadores seria imposto, durante a década de 1880, sobre uma categoria de trabalhadores formada crescentemente por homens livres e libertos. Desde meados do século, pelo menos, já era considerável a presença em Salvador de libertos entre os ganhadores, que no entanto não superavam numericamente os escravos. A situação agora seria outra. Se antes os ganhadores estavam submetidos ao duplo controle dos senhores e do Estado, agora que a escravidão definia cada vez menos sua condição, caberia apenas ao Estado a tarefa de controlá-los. Daí talvez a necessidade de uma intervenção mais vigorosa. Daí também a transferência para a polícia, órgão

⁴ B. J. Barickman, "Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano", *Afro-Ásia*, 21/22 (1998-99), p. 235; Kátia Mattoso, *Bahia século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p. 111

⁵ Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*, Los Angeles, University of California Press, p. 285.

⁶ Ver para o cálculo de Luís Anselmo da Fonseca, *A escravidão, o clero e o abolicionismo*, Recife, Massangana, 1988 [facsimile da edição original de 1887], p. 239.

repressivo por excelência, de uma tarefa que antigamente era feita pela municipalidade. Não que esta tivesse saído completamente de cena. Continuavam em vigor as posturas que regulamentavam o trabalho de rua, e continuava a ação dos fiscais da câmara municipal no sentido de torná-las obedecidas. Mas como veremos em seguida, o maior papel neste controle passaria a ser diretamente desempenhado pela própria polícia. A decisão não era apenas policial, era política.

O regulamento valeria para os cantos localizados no “bairro commercial”, o qual, numa definição restrita, incluiria basicamente as freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Praia e Nossa Senhora do Pilar, na área portuária da Cidade Baixa de Salvador. Isto poderia significar que cantos localizados em outros locais — na Cidade Alta, ou fora do núcleo urbano, por exemplo — não estariam sujeitos às novas regras ali expostas. A hipótese de que os cantos *só pudessem funcionar* no bairro comercial, sendo proibidos alhures, não deve ser considerada porque, se fosse assim, acredito que teríamos isso dito no próprio regulamento.

Felizmente, as coisas ficam mais claras porque acompanha este regulamento um volumoso *Livro de Matrícula*, do final da década de 1880, documento de grande interesse e que constitui a principal fonte para este artigo. Por enquanto, basta observar que segundo este livro os cantos, embora concentrados na região portuária, se espalhavam por diversos bairros da cidade. Não sei o que exatamente pudesse ter mudado, entre o início e o final da década de 1880, que levasse a ampliar o espaço coberto pelo regulamento policial, enquanto as demais regras por este estabelecidas continuavam em geral em vigor. É possível que, com a aproximação do fim da escravidão, as autoridades policiais considerassem de bom alvitre um maior controle dos trabalhadores negros como um todo, na área comercial e além dela. Como veremos na análise da matrícula — quando parece ter sido ampliada a área inicialmente regulamentada —, existiam raríssimos escravos nos cantos de Salvador, inclusive entre os africanos. Tratava-se, eu insisto, de disciplinar uma população negra livre e liberta. É nesses termos que também devemos entender o regulamento de 1880.⁷

⁷ O controle dos trabalhadores livres e libertos era vista como questão política de relevo em todo o Brasil. Ver a respeito, entre outros, Lúcio Kovarik, *Trabalho e vadiagem*, São

O Regulamento contém onze artigos e estabelece normas para a organização, controle e funcionamento do trabalho dos carregadores, à exceção daqueles ocupados na alfândega, ou empregados em trapiches, armazéns e casas comerciais. As regras valiam para os chamados “trabalhadores públicos”, ou autônomos. Confirmava-se a situação estabelecida desde a década de 1850 de considerar-se os trabalhadores diretamente ligados às atividades do mar e do porto — os estivadores propriamente ditos — como uma categoria à parte daqueles outros dedicados ao transporte de volumes através da cidade. Mas isto é o que estava no papel. Como veremos adiante, muitos cantos se achavam estabelecidos à beira-mar, no cais do porto, no interior de armazéns e mercados. Aparentemente seus membros não podiam descarregar embarcações obrigadas à fiscalização alfandegária, mas restavam aquelas empregadas na navegação de cabotagem do longo litoral baiano, além do intenso transporte realizado por mar entre Salvador e o Recôncavo.

Um aspecto fundamental do novo código de controle diz respeito à imposição do monopólio dos cantos sobre o serviço de fretes do bairro comercial. O Artigo 10 veta esta atividade a qualquer trabalhador independente, livre ou escravo. Quem quisesse carregar teria obrigatoriamente de filiar-se a algum canto. Este expediente, ao mesmo tempo que fortaleceu a organização desses grupos de trabalho — inclusive assegurando-lhes espécie de reserva de mercado — facilitaria o controle policial e político do Estado sobre os trabalhadores. Sob a pressão grupal e o comando dos capitães, o trabalhador ficaria mais constrangido a transgredir, por exemplo desviando mercadorias.

Comparando com as regras que haviam sido tentadas em 1836 e 1857 quanto à matrícula, temos algumas mudanças importantes. Em primeiro lugar, ao contrário de 1836, quando se tentou substituir os capitães de canto por “capatazes” escolhidos pela autoridade policial, agora

Paulo, Brasiliense, 1987, esp. pp. 36-69; Peter Eisen berg, *Homens esquecidos*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1989, Parte III; Ademir Gebara, *O mercado de trabalho livre no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986, esp. cap. 2; Maria Lúcia Lamounier, *Da escravidão ao trabalho livre*, Campinas, Papyrus, 1988; Hebe Mattos, *Das cores do silêncio*, Rio de Janeiro, 2a ed., Nova Fronteira, 1998, esp. caps. 10 a 14; Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis*, Campinas, Ed. da UNICAMP; CECULT, 1999, esp. cap. 2; e Regina Célia Xavier, *A conquista da liberdade*, Campinas, Centro de Memória da UNICAMP, 1996..

foram mantidos os capitães e dada a eles autonomia para formarem e dissolverem cantos. Ou seja, reconhecia-se a liderança tradicional desses grupos de trabalho, mantendo-se inclusive seus títulos de “capitães de canto” e admitindo que fossem escolhidos diretamente por seus subordinados. No entanto, a eleição só teria validade após aprovação pelo chefe de polícia, que poderia demití-los “quando julgar conveniente” (Art. 6º). O controle dos trabalhadores ganhava reforço através da emissão pela polícia de um “título de nomeação” do capitão, espécie de diploma que oficializava sua liderança diante das autoridades. Essas medidas estabeleciam uma relação direta entre os chefes dos ganhadores e o chefe de polícia, ao contrário do que se tentou em 1836, quando autoridades policiais subalternas — no caso os juízes de paz e, abaixo deles, seus inspetores — se encarregariam do protocolo de legitimação dos capatazes que substituiriam os capitães. O novo esquema reforçava os mecanismos de controle a partir da própria organização, um dia autônoma, dos ganhadores. Foi um golpe de mestre do poder, que não podia deixar a cidade sem os serviços essenciais prestados por aqueles trabalhadores. Ao mesmo tempo, embora estes formassem uma classe subalterna, seus líderes *pareciam* ganhar uma legitimidade antes inexistente.

Todos os membros do canto seriam obrigados ao registro junto à polícia e não mais à câmara municipal, como se procedeu em 1857. O controle dos ganhadores se faria, além disso, pela obrigação que cada um teria de usar sobre a manga direita da camisa o número de inscrição e a letra identificadora do grupo a que pertencesse. Com isso ficava revogado o uso de chapas de metal penduradas do pescoço, medida que fizera prolongar a greve de 1857 e depois seria desacatada sistematicamente pelos ganhadores.

Ao mesmo tempo que o regulamento afirmava a autoridade do chefe de polícia sobre os capitães, ele também promovia a subordinação a estes dos membros do canto. Cabia aos capitães o papel de intermediários entre seus subordinados e as autoridades policiais. Segundo o Art. 8º, “os trabalhadores são obrigados a obedecer aos capitães”, e só a estes competia a organização do processo de trabalho no interior de seus cantos. Ao mesmo tempo também cabia a eles — “sob pena de



Carregadores. Bahia, c. 1900-1910.

demissão do cargo por incapacidade” — responder junto ao chefe de polícia pelo comportamento de seus liderados, denunciando infrações e crimes, e entregando-os às autoridades para serem devidamente punidos. Além de intermediário entre polícia e ganhador, o capitão se transformava teoricamente num aliado da polícia contra o ganhador.

O regulamento de 1880 certamente representou um ponto alto da campanha de controle dos ganhadores em Salvador. Mas embora as autoridades policiais estivessem dando as cartas do jogo, não se deve concluir que não houvesse concessões. A mais importante delas dizia respeito à manutenção da estrutura organizacional e sobretudo das hierarquias tradicionais dos cantos. Embora mais estreitamente subordinado à autoridade policial, o canto foi deixado livre para definir seu governo interno. Nenhum canal foi aberto, por exemplo, para o acesso dos membros do canto ao chefe de polícia, nada que significasse interven-

ção deste em favor deles e contra o capitão. Diante de um líder autoritário, incompetente ou irresponsável, os membros resolveriam entre eles como enfrentá-lo. Enquanto o capitão contava com a polícia para ajudá-lo no trabalho de controle de seus subordinados, estes só contavam consigo mesmos.

Tudo isso é o que estava no papel.

Infelizmente, o regulamento pouco revela sobre a dinâmica interna do canto, sobre os mecanismos e valores do exercício do poder, os rituais de solidariedade e mando, ou mesmo a organização do processo de trabalho. Nesta altura quero explorar uma fonte que, se ainda não nos permite penetrar em profundidade no universo dos cantos, nos oferece um retrato com detalhes deveras reveladores de sua situação às vésperas da abolição.

O Livro de Matrícula dos cantos de Salvador

O regulamento de 1880 mandava que os capitães fizessem na polícia a matrícula dos ganhadores de seus cantos. Foi assim que surgiu o *Livro de Matrícula* que vou discutir daqui por diante. Infelizmente, nele não constam as datas de registro dos ganhadores, mas constam as de nomeação dos capitães dos cantos, embora não de todos. As nomeações datadas estão assim distribuídas, em ordem cronológica: nove em 1880; quatro em 1881; uma em 1882; uma em 1884; uma em 1886; 51 em 1887; uma em 1888; uma em 1889. A maior atividade (74% das nomeações) se dá em 1887, ano anterior ao da abolição, como se tivesse então havido algum tipo de reordenamento dos cantos pela polícia, uma maior exigência no registro, a criação de novos cantos, ou uma combinação de tudo isso. Seja como for, o ano de 1887 se destaca no documento, daí o título deste artigo falar em “véspera da abolição”. Minha hipótese é que a grande maioria dos ganhadores foi matriculada, ou suas matrículas atualizadas, em 1887.

O livro foi provavelmente preenchido entre 1887 e 1889, embora se reporte a nomeações de capitães acontecidas em 1880, uma delas datada de apenas treze dias após a publicação do regulamento. No ano da abolição parece ter havido pouco movimento, pelo menos na lideran-

ça dos cantos, vez que apenas um capitão foi nomeado em 1888.⁸ Não sei se outros livros desse tipo existiram para anos anteriores, ou se foram necessários cerca de sete anos para que o regulamento que acabamos de discutir fosse inteiramente acatado neste ponto. Eu aposto na segunda hipótese e, a julgar pelos antecedentes, imagino que possa ter havido alguma resistência dos trabalhadores às novas regras, além da incompetência ou da ineficiência da polícia em fazer cumprir a lei. Em 1887 já se sabia que a escravidão se aproximava rapidamente de seu último suspiro, eurgia apertar a fiscalização sobre os trabalhadores de rua. O livro é disso testemunha.

Ele registra a exata localização dos cantos em Salvador, o que nos permite saber perfeitamente a distribuição geográfica dos grupos de ganhadores na cidade. Trata-se da mais completa documentação a respeito do assunto que emergiu até agora da poeira dos arquivos. Além disso, anota diversas informações sobre cada um dos membros, encabeçados pelo capitão e seu ajudante, sobre os quais registram-se também, embora com muitas lacunas, as datas de suas nomeações. Fazem parte do registro de cada membro os seguintes dados: 1) nome completo; 2) idade; 3) estado civil; 4) local de residência (apenas o nome da rua); 5) naturalidade; 6) descrição física, incluindo altura, cor da pele, tipo e cor de cabelo (“carapinha”, “liso”, “corrido”, “anelado”, “grisalho” etc), traços faciais (tamanho e formato de nariz, olhos, boca, barba, bigode, cavanhaque etc), marcas sobre o corpo (cicatrizes, tatuagens, escarificações étnicas etc) e anomalias físicas congênitas ou adquiridas por meio doenças, acidentes e outros traumas.

Tratava-se, nada mais nada menos, de uma ficha policial, com número do ganhador, canto a que pertencia, seus dados vitais, sua descrição física e observações variadas que ajudassem a melhor identificar a pessoa. Eu posso ver o trabalhador numa sala da secretaria de polícia, de pé diante do escrivão, que examina seu corpo e anota suas “características físicas”, inclusive a condição de seus dentes, como se estivesse

⁸ APEBa, *Polícia. Livro de Matrícula dos cantos*, maço 7116. O documento está em geral bem conservado. Sua recente restauração, no entanto, redundou na colocação de algumas páginas fora da ordem, o que muitas vezes confunde o pesquisador. Este documento será doravante referido apenas como *Livro de Matrícula*.

comprando um escravo. Eu creio, inclusive, que eles eram examinados nus. Senão como interpretar a anotação feita sobre o ganhador Vitorino de Assunção Araújo, 22 anos, pardo, que teria a “cabeça grande e os escrotos crescidos”.⁹ Nenhum outro trabalhador era submetido a isso. Desrespeitado dessa forma aos 80 anos, o africano José Bartholomeu certamente não fez o mínimo esforço para ser simpático com o funcionário da polícia, e deste ganhou a seguinte anotação: “negro feio e mal encarado”.¹⁰

O exercício de identificação caracteriza com eloquência a visão dos poderes públicos de que os ganhadores eram potenciais criminosos, que pertenciam ao mundo das classes perigosas, o mundo das ruas. Este é mais um elemento a confirmar a preocupação das classes dominantes da época com o comportamento dos homens livres e libertos, negros na sua grande maioria, que sobreviviam nas cidades do trabalho autônomo.¹¹ Não é por acaso que descrições assim detalhadas fizessem antigamente parte dos anúncios de escravos fugidos publicados pela imprensa oitocentista. Temos essa técnica senhorial de busca e captura reproduzida para homens já livres no *Livro de Matrícula*. Mas não duvido que estejam aqui também refletidas na Bahia influências de práticas “científicas” das polícias européias do período, a tal “busca das singularidades individuais” referida por Alain Corbin.¹²

O *Livro de Matrícula* representa, então, uma janela que se abre para diversas dimensões do universo dos ganhadores. Neste artigo eu discutirei apenas algumas delas, principalmente o papel da ocupação, cor e naturalidade na formação dos cantos.¹³

⁹ *Livro de Matrícula*, fl. 29.

¹⁰ *Idem*, fl. 80.

¹¹ Fenômeno semelhante é apontado pelos historiadores da cidade do Rio de Janeiro desse período, entre eles Carlos Eugênio Líbano Soares, quando discute a prisão cada vez mais freqüente de homens e mulheres livres e libertos nos zungús, espécie de hospedarias e casas de refeição de negros. Ver Soares, *Zungú: rumor de muitas vozes*, Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado, 1998, p. 79, por exemplo.

¹² Alain Corbin, “Bastidores”, in Michelle Perrot (org.), *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (São Paulo, Companhia das Letras, 1995), vol. 4, p. 430.

¹³ Este artigo é apenas uma parte um trabalho mais longo, onde discuto outras “variáveis” registradas pela polícia sobre os ganhadores.

O mundo do trabalho nos cantos.

Se encontram registrados no *Livro de Matrícula* 89 cantos espalhados por toda área urbana de Salvador, os quais abrigavam 1703 membros, todos libertos ou livres, à exceção de cinco escravos.¹⁴ Mesmo que alguns cantos tivessem ficado fora do arrolamento de 1887, eu acredito que lá se encontram registrados em sua quase totalidade. Os cantos situados na Cidade Alta e distritos afastados da zona portuária agrupavam não mais que 18 por cento dos trabalhadores. A maioria dos cantos e aqueles mais numerosos estavam realmente localizados na Cidade Baixa, o chamado bairro comercial, nas freguesias da Conceição da Praia e Pilar, onde se encontrava o melhor pedaço do mercado de trabalho: o transporte de mercadorias e bagagem pessoal que chegavam e saíam através do porto. Muitos grupos se reuniam ao longo dos diversos terminais marítimos, sendo 27 à beira do cais, somando 646 ganhadores, que representavam 38 por cento do conjunto de ganhadores registrados. No cais das Amarras se localizavam nada menos que cinco cantos, com 70 ganhadores; no Barroso, quatro cantos com 93 membros; no cais Novo, apenas dois cantos, os maiores da cidade, concentravam 135 carregadores. Nesses casos, cada canto ocupava uma das escadas do respectivo cais. De fato eram as escadas que melhor definiam o lugar ocupado por cada um dos cantos localizados no embarcadouro.¹⁵

Em suma, o porto e as instalações em torno dele — estaleiros, armazéns, depósitos, mercados, casas comerciais — constituíam o principal atrativo à formação desses grupos de trabalho.¹⁶ A implantação de novos meios de transporte de carga, no entanto, já começava a ampliar a geografia dos cantos. Este o caso daqueles estabelecidos na

¹⁴ Apesar dos cuidados tomados, é possível que minha contagem contenha a duplicação de alguns ganhadores que se mudaram de um canto para outro. Incluí também ganhadores que morreram depois de registrados e outros que deixaram os cantos para outro trabalho, ou foram deles expulsos por contravenção e outros motivos.

¹⁵ Confirma esta impressão as festas no cais, observadas no início do século XX por Antonio Viana, *Quintal de nagô e outras crônicas*, Salvador, Cadernos do Centro de Estudos Baiano nº 84, Salvador, UFBA, s/d, p. 8.

¹⁶ Ver também Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, "Espaços negros: 'cantos' e 'lojas' em Salvador no século XIX", *Caderno CRH*, Suplemento (1991), pp. 23-27, onde ela enfatiza a importância da zona portuária na geografia dos cantos, mapeia alguns também encontrados na matrícula de 1887, e outros que ali não se encontram, a partir principalmente de fontes secundárias. Mas seus cantos não chegam a uma vintena.

Calçada, distante uns cinco quilômetros do bairro comercial, um em frente ao terminal ferroviário da *Bahia and São Francisco Railway*, construído pelos ingleses cerca de vinte anos antes, com 23 membros, outro ali perto, no Gasômetro, que agregava 25 trabalhadores.¹⁷ Eram grupos relativamente grandes.

Os ganhadores dessa época se dedicavam principalmente ao transporte de cargas e bagagem. Apesar de continuarem a carregar, individualmente, pequenos volumes em cestos e, em grupo, cargas mais pesadas com a ajuda de pau e corda, ao longo da segunda metade do século podem ter passado também a utilizar carroças de duas rodas puxadas por jumentos e burros, ou um tipo de carro com quatro rodas pequenas que os próprios ganhadores puxavam. Por outro lado, no final da década de 1880 parecia em marcha acelerada a extinção das cadeiras de arruar, que antes haviam ocupado boa parte dos ganhadores. No passado, elas se encontravam espalhadas por cantos em toda a cidade, inclusive nos bairros exclusivamente residenciais, como a Vitória, onde não consta a existência de canto em 1887. A cidade agora passara a contar com novos meios de transporte de passageiros, como bondes puxados a burros, dos quais havia duas linhas no início dos anos oitenta: a Trilhos Centrais, ligando a Barroquinha à Fonte Nova, Soledade, Quinta dos Lázarus, Cabula, Engenho Retiro e Rio Vermelho, com 26,6 quilômetros; e a Trilhos Urbanos, que começando na Praça do Palácio, passava pela Graça, Barra e Rio Vermelho, cobrindo 12,1 quilômetros. Já havia inclusive um elevador — ou *hoisting machinery* —, com capacidade para vinte passageiros, que ligava a cidade Baixa à Alta, percurso que antes os brancos faziam instalados em cadeiras carregadas por negros ladeira acima e abaixo. O próprio declínio da escravidão em Salvador cuidou de eliminar uma atividade, a de carregador de cadeiras, que talvez representasse o mais explícito símbolo ocupacional da subordinação negra na cidade.¹⁸

¹⁷ Ver documentação fotográfica da construção da estrada de ferro *Bahia and São Francisco Railway*, da estação ferroviária e ocupação urbana do sítio em seu torno, em Gilberto Ferrez, *Bahia: velhas fotografias, 1858-1900*, Rio de Janeiro, Kosmos Editora; Salvador, Banco da Bahia Investimentos SA, 1988, pp. 71 e segs. Havia dois gasômetros para abastecer a cidade com o gás que a iluminava, um na Calçada, outro no Farol da Barra. Ver Eduardo Carigé, *Geographia Physica e Política da Província da Bahia*, Bahia, Imprensa Economica, 1882, p. 75.

¹⁸ Ferrez, *Bahia*, pp. 44-45, 112, 187. Este livro de fotografias do século XIX não registra

Não que as cadeiras houvessem desaparecido por completo. Provavelmente alguns ganhadores da Cidade Alta, e mesmo alguns da Baixa, ainda as carregassem em 1887. Cerca de dez anos depois, na virada do século, Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina, escreveria que “poucos [africanos] conduzem as últimas cadeirinhas ou palaquins”.¹⁹ Nina acrescentaria que ficavam na ladeira de São Bento (em frente ao hotel Paris) e no largo da Piedade os únicos cantos que em seu tempo reuniam carregadores de cadeira. Este último canto, além de um outro no Campo Grande, não foram registrados em 1887, ao contrário de outros por ele mencionados.²⁰ É possível que tivessem sido criados depois desta data, mas uma segunda hipótese seria que nem todos os cantos de Salvador afinal tivessem sido arrolados naquela ocasião. A hipótese de que os cantos fora do bairro comercial não estivessem obrigados à matrícula deve ser descartada porque, neste caso, não teriam sido registrados, por exemplo, o canto de São Bento, ou o da entrada de São Raimundo, nas Mercês, ou o da rua da Forca (que desemboca no largo da Piedade), e outros notados pelo professor de Medicina, todos na Cidade Alta.

Há todavia, no *Livro de Matrícula* de 1887, uma informação que nos leva a duvidar de que nesta época os ganhadores de canto vivessem exclusivamente do trabalho de carregar. É que ali se descobre que muitos deles tinham ofícios, ocupações definidas que não eram típicas dos cantos.

Devo dizer inicialmente que nenhum dos 822 ganhadores listados como nascidos na África aparece como habilitado para algum ofício. Suponho que mesmo que possuíssem outras habilidades, além de carregar, estas não foram registradas por presunção da autoridade policial de que os africanos reunidos nos cantos fossem todos apenas carregadores. Outros podiam haver com ocupações diferentes, não estes. Mas a razão mais provável para a inexistência da informação na matrícula pode ser outra, provocada por um silêncio estratégico dos próprios

cadeiras de arruar ao longo de suas 199 páginas. Sobre as linhas de bonde e o elevador construído por Antônio Lacerda, ver Carigé, *Geographia Physica e Politica*, p. 54 e 78.

¹⁹ Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, 4a ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976, p. 101.

²⁰ *Idem*, pp. 101-102.

africanos. É que se declarassem ofício teriam de pagar o imposto de dez mil réis anuais devido à província por todo africano “que exercesse ofício mecânico”.²¹ Era uma daquelas medidas de perseguição fiscal aos nascidos na África.

Já entre os 869 ganhadores nascidos no Brasil, que não tinham de pagar aquele imposto, exatamente metade declarou 35 ocupações alternativas à de carregar. Os “ofícios mecânicos” mais frequentemente mencionados foram: 114 pedreiros; 69 carpinas; 40 cozinheiros; 34 marceneiros; 32 ferreiros; 32 roceiros; 17 sapateiros; 14 alfaiates; 12 calafates; 11 copeiros; 9 padeiros; e 7 tanoeiros. Estas compunham 90 por cento de todas as ocupações observadas na matrícula. A mais numerosa, a de pedreiro, representava 26,2 por cento. Somando quatro atividades típicas do trabalho de construção — pedreiro, carpina, marceneiro e ferreiro —, resulta uma considerável proporção de 57,2 por cento. Estes dados confirmam que o mercado de trabalho de pelo menos boa parte dos ganhadores não se restringia ao carrego. Mas por que estavam esses profissionais exercendo essa atividade?

Segundo Kátia Mattoso, a década de 1880 não foi próspera. Observa-se, por exemplo, uma diminuição de cerca de 17 por cento na receita de exportação em relação à década anterior, e um aumento de 16 para 30 por cento no déficit da balança comercial. Toda a década foi marcada por secas que deprimiram a atividade agrícola, base da economia regional. Aquela autora define o período como fase de depressão econômica aguda, até 1887, a data do nosso *Livro de Matrícula* de cantos. Acrescente-se que no ano anterior, 1886, teve início um ciclo de alta no índice geral dos preços de alimentos que duraria até o final do século.²² Os ganhadores com ofícios e outras ocupações definidas, certamente viram suas chances de as exercerem diminuídas neste quadro economicamente desfavorável. Não haveria trabalho, simplesmente. Então empregavam-se na atividade intermitente de condução de mercadorias, que servia como uma alternativa.

²¹ *Legislação da Província da Bahia sobre o negro: 1835-1888*, Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996, pp. 172-175, 201-204.

²² Kátia M. de Queirós Mattoso, *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*, São Paulo, HUCITEC, 1978, p. 240, 343; Mattoso, *Bahia, século XIX*, p. 567.

O que vai aqui dito se baseia na hipótese razoável de que a remuneração de um trabalhador qualificado fosse superior aos ganhos auferidos por um carregador. Além da melhor remuneração, haveria o prestígio associado a ocupações mais especializadas, com suas organizações específicas, a exemplo da Sociedade Montepio dos Artistas.²³ Por essas razões creio que o trabalho braçal, extenuante, de carregar – apesar de todo atrativo que trabalhar na rua pudesse oferecer – não seria em regra preferível àquele que porventura desenvolvesse o “artista” oitocentista.

Mas voltemos ao fio da meada. Quem era essa gente de ofício matriculada nos cantos? Tomemos o caso dos pedreiros, que conforme vimos acima abundavam entre seus membros. Segundo Mattoso, os salários destes homens de ofício cresceram regularmente ao longo do século XIX, alcançando um pico de pouco mais de 600 mil réis anuais em meados da década de 1870, daí declinando para 500 mil réis, e permanecendo nesse patamar durante a década de 1880.²⁴ A grande presença dos pedreiros entre os ganhadores provavelmente refletia um momento difícil para as atividades de construção, tempos de desemprego no setor, o que explicaria a queda salarial, sendo aliás surpreendente que a queda não tivesse sido ainda maior. Não duvido que a matrícula de 1887 fosse realizada para também melhor disciplinar trabalhadores que estivessem entrando em grande número, e pela primeira vez, no mercado informal de trabalho urbano, indo inchar os cantos estabelecidos e criando outros. Além de uma medida de controle do trabalhador livre, era uma medida tomada num contexto de desemprego e portanto ideal para o aumento das tensões sociais. Final da escravidão e crise econômica não constituíam exatamente um terreno fértil para a paz social.

Ainda sobre pedreiros e trabalhadores com ocupações afins, muitos cantos tornaram-se verdadeiras turmas de construção e seus capitães verdadeiros empreiteiros de obras. Este o caso dos cantos listados como P, BM, EE, RR e GG, compostos por numerosos pedreiros, marceneiros, carpinas e ferreiros.²⁵ O Canto P, por exemplo, localizado num su-

²³ Ver Maria Conceição B. da Costa e Silva, *Sociedade Montepio dos Artistas na Bahia*, Salvador, Fundação Cultural da Bahia, 1998.

²⁴ Mattoso, *Bahia, século XIX*, p. 548.

²⁵ Conforme o Artigo 4 do regulamento, os cantos deveriam ser identificados por letras.

búrbio da cidade, estava formado por 17 membros, dez dos quais trabalhavam em ofícios ligados à atividade de construção, quatro tinham outros ofícios e três nenhum ofício definido. Não é difícil imaginar que em torno daquele núcleo maior formado por cinco pedreiros, dois ferreiros, dois carpinas e um marceneiro, se aglutinassem para empreitar obras o roceiro, o cozinheiro, o chapeleiro, o alfaiate do canto, além dos sem-ofício, que também compunham o grupo. É interessante observar que o capitão fosse um africano liberto de 47 anos, sem ofício, em cujo registro encontra-se anotado que saíra do canto. Provavelmente fora substituído por um pardo de 30 anos, seu ajudante, que era carpina.

Continuando o rol dos cantos de construtores: dos 31 membros do Canto EE, treze tinham ocupações ligadas à construção. No RR, onze entre os 16 membros também o tinham. O grupo mais numeroso desse ramo reunia-se no Canto GG, localizado no cais do Ouro, e era composto por 29 pessoas — a maioria pedreiros, marceneiros, carpinas e ferreiros — dentre os seus 37 associados. Mas por menor que fosse o grupo de trabalhadores habilitados para a atividade de construção, eles podiam facilmente iniciar os demais em funções menos especializadas típicas desse setor. Em suma, suponho que os ganhadores com ofício, quase 60 por cento deles com ocupações ligadas à construção, formavam pequenas empreiteiras prontas para tocarem obras, além de atuarem no mercado de fretes. A natureza intermitente das atividades de construção facilitava a combinação entre os dois misteres. Acrescentasse que as duas atividades se complementavam, pois uma das tarefas principais numa obra era precisamente o transporte de materiais de construção, de pedras, tijolos, telhas, areia, barro, cal, madeiras, ferragens. Na própria região do porto havia trabalho nos estaleiros, na construção de trapiches, armazéns, edifícios e obras públicas.

Assim, carregar e se empregar em outras atividades não era necessariamente incompatível, em época de crise ou de prosperidade. Além disso, eu creio que os cantos, embora pudessem abrigar principalmente carregadores — apenas um quarto dos ganhadores declararam ter ofício —, também funcionavam como espécie de agência informal de emprego para diversas ocupações. Por exemplo, se alguém desejasse contratar um ferreiro, um marceneiro, um cozinheiro e assim por diante, sua melhor

chance de encontrá-lo seria dirigir-se a um canto de ganhadores. Foi talvez assim que o padeiro Victor Celestino de Mattos, 26, deixou a Preguiça, onde ganhava no Canto CC, para trabalhar numa padaria.²⁶

Ao longo do *Livro de Matrícula* encontram-se anotações de saídas de ganhadores dos cantos, embora na maioria das vezes sem especificar suas razões. Em muitos casos tratava-se de mudança de um canto para outro. Mas eu desconfio que, na sua maioria, era gente recrutada para emprego fora do canto. Gente como o ferreiro Jacinto Thomé de Mattos, um pardo de 20 anos, pertencente ao Canto I, sobre quem se lê: “Deixou de ser ganhador deste canto e matriculou-se como creado do Major Leocadio Duarte da Silva”. Ou Joaquim Tavares de Passos, 25, pardo, que em maio de 1887 trocou o ganho no Canto O por um emprego na Companhia dos Trilhos Centraes. Aqui ele ficou apenas um mês, retornando ao ganho, agora no Canto A. A experiência de Joaquim pode expressar a volatilidade do emprego na Salvador daqueles tempos. Pode ser também um exemplo de alguém que não se acostumara ao regime de trabalho assalariado, preferindo a relativa liberdade do ganho. Duvido, porém, que esse hipotético comportamento possa ser generalizado. O pardo santamarense José Veranda, 48, por exemplo, deixou seu canto, que ficava em frente à Companhia Bahiana de Navegação, para trabalhar na própria companhia. Pode-se imaginar que do canto ele andara observando, inquirindo, se oferecendo para emprego mais estável na Bahiana.²⁷

O frete representava uma atividade complementar ou alternativa para muitos trabalhadores que possuíam outras ocupações, além daquelas típicas da indústria da construção. Os muitos sapateiros, alfaiates, seleiros, empalhadores, chapeleiros, cordoeiros — todas ocupações listadas em 1887 — podiam dedicar-se a consertar ou fazer sapatos, roupas, selas, esteiras, cestos e chapéus no local mesmo onde se reuniam seus cantos, enquanto não estivessem carregando.²⁸ Alguns deles podiam inclusive recusar fretes, caso se encontrassem muito atarefados em seus ofícios, precisando por exemplo cumprir prazos contratados com

²⁶ *Livro de Matrícula*, fl. 79.

²⁷ *Idem*, fls. 24, 42 e 81.

²⁸ Os observadores da época — fossem Nina e Querino no final do século, fossem os diversos visitantes estrangeiros, em período anterior —, escreveram sobre o assunto.

clientes. Por outro lado, foguistas, copeiros, cozinheiros, vaqueiros, jardineiros, roceiros e pescadores não podiam fazer o mesmo, por se ocuparem de atividades que demandavam afastamento, mesmo se temporário, de seus cantos. Para estes o trabalho nos cantos tornava-se uma alternativa real ao desemprego completo. Mas se alguns, em fases de aquecimento da economia, tinham chance de vir a reassumir suas ocupações específicas no mercado de trabalho urbano, outros não. Os numerosos roceiros e os três ou quatro vaqueiros podem ter escolhido a vida urbana como alternativa definitiva à vida num mundo rural espancado pela seca e dominado por senhores de engenho e coronéis. Sem acesso à terra lavrável, impedidos de transformarem-se em produtores rurais independentes, teriam optado pelo trabalho autônomo dos cantos.

Em suma, os cantos que estamos analisando, sobretudo aqueles formados por trabalhadores nacionais (não africanos), haviam sido estabelecido principalmente para o serviço do carrego, mas não funcionavam só para isso. Resta saber se o fenômeno seria específico do final do século e da escravidão. A minha hipótese é que, embora estivesse presente antes, ele se intensificou nesse período, passando a envolver um universo ocupacional maior e um maior número de trabalhadores. A novidade assim estaria tanto ligada a mudanças estruturais na economia — ou seja, a agonia e morte da escravidão —, como à conjuntura economicamente depressiva da década de 1880. A novidade também apontava para uma transformação fundamental: o declínio dos africanos como senhores absolutos dos cantos em Salvador.

Ganhadores africanos e outros ganhadores.

Os cantos haviam se constituído historicamente como verdadeiras instituições africanas em Salvador. A cerimônia de posse de seus capitães, ao contrário do burocrático documento policial que a partir de 1880 os nomeava oficialmente, constituía um ritual elaborado de poder e de afirmação de identidade africana na Bahia — talvez deva dizer, identidade afrobaiana —, conforme registrou Manoel Querino.²⁹ Mas os africanos, cuja população não se renovava desde o final do tráfico transatlân-

²⁹ Querino, *A raça africana*, pp. 88-89.

tico em 1850, estavam envelhecidos e rapidamente desaparecendo. Em 1896, Nina Rodrigues calculou-os em cerca de dois mil, talvez metade do que haviam sido dez anos antes, na época em que foi aberto o *Livro de Matrícula*.³⁰

Trinta anos antes, em 1857, os africanos natos representavam praticamente cem por cento dos ganhadores escravos e libertos de Salvador.³¹ Agora, em 1887, eles eram quase todos libertos e compunham 49 por cento, ou 822 dos trabalhadores cuja naturalidade conhecemos, e carregavam na sua quase totalidade cabelos grisalhos ou já alvos: só seis por cento deles tinham menos de 50 anos, 74 por cento acumulando mais de 60 anos, alguns talvez libertos favorecidos pela lei dos sexagenários.³² O canto BC, por exemplo, localizado em Santo Antônio da Mouraria, estava em processo de extinção, porque formado por apenas quatro africanos, com idades que variavam entre 68 e 73 anos.

De qualquer sorte, os ganhadores nascidos na África ainda constituíam maioria se comparados, por exemplo, aos 368 (22%) nascidos em Salvador. Os naturais de outras cidades baianas eram 438 (26%) e os de outras províncias do Império 41 (2,5%). Visto por um outro ângulo, a maior parte — precisamente 78 por cento — daqueles ocupados no trabalho de carregar mercadorias continuava sendo pessoas de fora da cidade, às vezes de fora da Bahia. Estas últimas em geral chegavam em navios, como embarcações, e decidiam trocar o mar por terra firme. O jovem pernambucano João José de Jesus do Espírito Santo, um pardo de cabelos anelados e apenas 17 anos de idade, chegara a Salvador à bordo do vapor Jaguaribe, onde servia como criado. Um ano depois matriculou-se no Canto H. Analfabeto e sem ofício, decidiu tentar a vida de ganhador. O cabra José Alves dos Santos, 22, também chegara a Salvador de navio. Em seu registro no Canto N, pode-se ler: “veio do Maranhão há 2 anos — veio há poucos dias do Rio de Janeiro”. Ou seja, andava embarcado mas há dois anos assentara bases no porto da Bahia.

³⁰ Rodrigues, *Os africanos*, p. 100.

³¹ Reis, “A greve negra”, p. 28.

³² Lembro que o *Livro de Matrícula* registra a descrição física dos membros dos cantos, daí eu saber da cor de seus cabelos, além de suas idades. Segundo Robert Conrad, em 1886 e 1887 foram matriculados na Bahia apenas 1001 escravos sexagenários. Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery*, p. 288.

Tal como João José, José Alves parecia querer abandonar a vida no navio pela vida no canto. O maranhense gostava de mudar: também se encontra registrada sua transferência para o Canto BM. Mas o que veio de mais distante foi o gaúcho Belizário Fernandes de Lima, preto de 27 anos, registrado com a ocupação de marítimo.³³

Ao contrário do que se passou no Rio de Janeiro, onde imigrantes europeus substituiriam, ao longo da segunda metade do século XIX, uma parte dos escravos de rua africanos e afro-brasileiros — embora muito menos na zona portuária —, na Bahia, dessa transição simplesmente não participaram imigrantes europeus. Não encontrei sequer um branco estrangeiro registrado como ganhador. Aqui os ganhadores africanos saíam paulatinamente para dar lugar aos negros e mestiços brasileiros, principalmente a gente de fora de Salvador, mas da província da Bahia.³⁴

A grande maioria dos ganhadores da capital baiana na véspera da abolição tinha vindo, espontânea ou compulsoriamente, sobretudo do Recôncavo e da África. Talvez o ganho representasse a porta de entrada dos migrantes no mercado de trabalho urbano. Da região do açúcar, agora em franco declínio, o maior número chegava de Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Cachoeira e São Francisco do Conde, municípios de origem de 11,6 por cento dos ganhadores. Como a quase totalidade dos africanos, muitos deles eram ex-escravos.

Rufino Gallo, por exemplo, era um liberto de 50 anos, nascido em São Sebastião do Passé, de onde provavelmente emigrara para Salvador após conseguir sua liberdade, em data desconhecida. Aqui ele se juntou ao Canto E, no Cais da Escada da Cal, onde em 1887 substituiu seu capitão, o africano Francisco Joaquim Gonçalves, falecido naquele ano. O grupo era formado por 14 ganhadores, dos quais oito libertos, e destes apenas três nascidos no Brasil. Rufino não era o único vindo para Salvador do Recôncavo e outras plagas baianas após adquirir sua liberdade. Apesar de “zambeta da perna direita”, Leocádio Dionízio, 32, fula, deixou a Fazenda Nova, em Bom Jardim, perto de Santo Amaro, depois do 13 de maio de 1888; Eleutério Januário, 32, preto, veio de Itaparica; Agostinho Machado, 27, preto, e Epiphânio Machado, cabra escuro,

³³ *Livro de Matrícula*, fls. 22 e 137.

³⁴ Sobre o Rio, ver artigo de Cecília Velasco neste número de *Afro-Ásia*.

ambos de São Gonçalo dos Campos, ambos ex-escravos de José da Silva Machado; Albino Baptista, 40, preto, imigrou de Cruz das Almas em 1886.³⁵ Muitos outros libertos, na maioria nascidos no interior, haviam decidido gozar a liberdade longe do ambiente onde foram escravos. Gente assim, empregada no trabalho autônomo de rua, preocupava os proprietários, em particular os senhores de engenho, os quais, na medida em que a extinção do trabalho escravo se aproximava, reclamavam da falta de mão-de-obra provocada pela recusa dos libertos a se empregarem em suas terras.³⁶

Os africanos já não preocupavam tanto porque, como eu disse, estavam velhos para que deles dependesse o futuro da grande agricultura ou de qualquer outro setor da economia. Mas quem eram eles? Infelizmente o registro de suas nações — se eram nagôs, jejes, haussás — não preocupou as autoridades. Só dois africanos aparecem matriculado com essa informação: Ivo Villarinho Gomes, nação mina, um ganhador de 40 anos do Canto AA que usava bigode e cavanhaque; e Guilherme da Cunha, um jeje de 50 anos, casado, alto, magro e já grisalho, matriculado no Canto M.³⁷ Talvez esses dois tivessem feito questão de que suas nações fossem registradas, uma vez que não eram nagôs. Nos demais registros bastou ao funcionário informar que se tratava de africano, e pronto. Se essa já era uma tendência por ocasião da greve de 1857, pode-se imaginar o que se passava três décadas depois. Naturalmente os nagôs, que já naquele período representavam quase 80 por cento dos africanos no ganho — por terem sido as vítimas mais constantes dos últimos vinte anos do tráfico da África —, agora constituíam a quase totalidade deles. Eram, no final da escravidão, mais do que nunca, o africano “típico”, o que reforçava a visão uniformizadora com

³⁵ *Livro de Matrícula*, fls. 29, 35 e 135.

³⁶ Ver Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo, HUCITEC: Salvador, EDUFBA, 1996, esp. cap. 8, e Barickman, “Até a véspera”, pp. 228-234. O grande industrial têxtil Luiz Tarquínio, escrevendo sob pseudônimo “Cicinatus”, elaborou em 1885 um plano de emancipação que duraria 10 anos, onde não compartilhava as preocupações de outros membros da classe proprietária, sobretudo seu ramo rural, acreditando que o liberto “rara e excepcionalmente emigrará do local onde tudo a seus olhos empresta um novo prisma”, no caso, o prisma da liberdade. Ele estava errado. Ver Cicinnatus [Luiz Tarquínio], *O elemento escravo e as questões económicas do Brasil*, Bahia, Typographia dos Dois Mundos, 1885, pp. 86-87.

³⁷ *Livro de Matrícula*, fls. 35 e 73.

que os encaravam os baianos, em particular a polícia baiana, responsável pela elaboração do *Livro de Matrícula*. Por que se preocupar com os detalhes de indivíduos que, nos seus mais de 60 anos, já não representavam o perigo que haviam representado na juventude? Quando os nagôs promoviam rebeliões era importante distingui-los de outros africanos. Agora, para efeito de controle policial, bastava saber que se tratava de alguém vindo da África.

Sorte nossa que havia um Nina Rodrigues na Bahia na década seguinte, que se preocupava precisamente com as diferenças entre os africanos. O médico assistiu, em 1897, ao embarque de um grupo de velhos nagôs e haussás que retornavam à África, episódio que lhe serviu de pretexto para reflexão. Concluiu que apesar de tantos anos na Bahia, aqueles homens e mulheres permaneciam estrangeiros, mantendo a identidade das nações a que pertenciam: “eles se segregam da população geral em cujo seio vivem e trabalham, para se fechar ou limitar aos pequenos círculos ou colônias das nações pretas”.³⁸ O registro de cantos de 1887 em parte — mas só em parte — confirma as palavras de Nina, pelo menos no que diz respeito à separação entre africanos e brasileiros.

Com efeito, contei na matrícula de 1887 um número elevado de cantos ocupados exclusivamente por gente nascida na África: 24 cantos, que congregavam 376 africanos, 45,7 por cento dos africanos registrados. Mas isto significa que a maioria deles se misturava aos nacionais em outros cantos. A mistura, no entanto, era de dois tipos: grupos em que os africanos predominavam numericamente, mas também admitiam trabalhadores nacionais; e grupos em que estes predominavam, mas admitiam africanos. Os do primeiro tipo eram maioria, dezesseis, e reuniam um maior número de trabalhadores, 300 ganhadores africanos e 76 nacionais. Os do segundo tipo abrigavam africanos pingados aqui e ali, à exceção do Canto H, no Cais de Água de Meninos, com 17 brasileiros e 14 africanos, que apesar de minoria elegeram o capitão.

Esses números demonstram que, afinal de contas, os africanos não estavam assim tão segregados como Nina os quis ver. Ele escreveu isto sobre o assunto:

³⁸ Rodrigues, *Os africanos*, p. 98.



Carregador africano. Foto de M. Lindermann, Bahia, 1905-1910.

Cada qual procura e vive com os de sua terra e são os sentimentos e as afinidades da pátria que nesta cidade repartem os derradeiros africanos em pequenos círculos ou sociedades. As nações ainda numerosas possuem os seus *cantos*, sítios da cidade onde, a tecer chapéus ou cestas de palha e a praticar das gratas recordações da mocidade, os velhinhos aguardam fretes.³⁹

De toda sorte, vejamos mais de perto de que maneira se verificavam tanto a integração como a separação entre ganhadores africanos e nacionais. Começemos por analisar alguns cantos que Nina apon-

³⁹ *Idem*, p. 101.

tou como exclusivos de certas nações, e que talvez sejam os mesmos que constam da matrícula de 1887. Apesar desta não distinguir as nações dos ganhadores, ao menos identifica quando estes eram africanos. Ele atribuiu como domínio da nação gurunci ou grunci o canto localizado nos Arcos de Santa Bárbara. Trata-se provavelmente do Canto SS da matrícula de 1887, e de fato os africanos formavam a quase totalidade dos seus 28 membros, à exceção de dois crioulos, um de Salvador, calafate de 20 anos, outro de Rio de Contas, com 55, além de um pardo de 44 anos. Os dois crioulos podem ter sido parentes de algum dos africanos deste canto e por isso estariam ali abrigados, relação pouco provável no caso do pardo. De qualquer forma não seriam esses três nacionais que iriam perturbar a absoluta hegemonia africana — ou grunci? — deste canto.

O canto de São Raimundo, nas Mercês, equivalente ao nosso BD, era, na observação de Nina, domínio exclusivo de dois ou três negros mina. É provável que fossem remanescentes dos dez trabalhadores ali registrados em 1887, todos nascidos na África, com idades que variavam entre 44 e 70 anos. Nina também observou que a maioria dos demais cantos pertenceriam aos numerosos nagôs. Na Rua das Princesas, zona portuária, seriam vários. De fato dois cantos da Rua Nova das Princesas eram, em 1887, inteiramente africanos, os de letra X e os de letras PP, com 25 e 33 membros respectivamente. Por fim, na Baixa dos Sapateiros, no tempo de Nina, reuniam-se “africanos de diversas nacionalidades”. Haviam dois cantos ali em 1887, um no interior do mercado, outro na rua em frente — o primeiro seria o AG da matrícula, com 24 membros africanos; o segundo o AV, com 23 membros, dos quais apenas 7 africanos.

Nina realmente acertou na maioria dos casos, ou seja, cantos que afirmou serem de africanos assim o eram realmente. O problema é que ele parece só ter olhado para estes, porque lhe interessava encontrar o africano em estado puro, para melhor observá-lo enquanto espécie racial e tipo cultural. Os dados da matrícula de 1887 mostram que os africanos estavam mais integrados à classe trabalhadora local do que nos fez crer aquele arguto mas parcial observador.⁴⁰ Em várias passagens de seu texto, aliás, ele mesmo se traiu quanto à exclusividade étnica dos

⁴⁰ Trabalho aqui com a hipótese razoável de que os ganhadores brasileiros continuavam reunidos em cantos na época em que Nina fez suas observações.

cantos naquela altura do século XIX. “No canto do Campo Grande”, escreveu, “a alguns nagôs se reúnem uns três ou quatro jejes”. Na Baixa dos Sapateiros, eu repito com ele, “reúnem-se africanos de diversas nacionalidades”.⁴¹ A situação não devia ser muito diferente dez anos antes. O que temos aqui é provavelmente uma absorção de grupos minoritários pela grande maioria nagô, estes sim, que por serem maioria podiam contar com muitos cantos etnicamente fechados. O fenômeno se explicaria então mais pela demografia do que exatamente pela ideologia étnica. O que, obviamente, não descarta a existência de uma “identidade nagô” na Bahia de então, a qual se manifestava através de rituais religiosos, inclusive, talvez, rituais feitos no âmbito dos cantos.

Afora a questão da exclusividade étnica africana e da reunião de africanos de diversas nações nos cantos, temos documentada no livro de matrícula a mistura entre africanos e gente da terra no processo de trabalho de rua em Salvador. Esta é a questão que Nina Rodrigues realmente evitou discutir. Aquela mistura, entretanto, não significa que os africanos confiassem menos em trabalhar entre os seus. Os cantos certamente não haviam perdido sua qualidade de espaço de elaboração e afirmação de identidade étnica. Mas alguma coisa na composição do quadro étnico estava mudando radicalmente neste final de era, ou já havia mudado, sob a pressão de outras mudanças, sobretudo demográficas, no perfil da população ocupada nos cantos. Eu repito: os africanos, que controlavam absolutamente o trabalho de rua em meados do século, em 1887, apesar de continuarem a formar um contingente respeitável desse mercado, já o disputavam com um contingente nacional de igual grandeza numérica. Eles estavam deixando rapidamente este mercado por força da idade, da morte e até do retorno de muitos para suas Áfricas.

Mas enquanto não desapareciam, muitos ganhadores africanos compartilhavam sua experiência com companheiros de trabalho nascidos no Brasil, a maioria provavelmente forasteiros chegados há pouco do interior, como um dia eles haviam sido recém-chegados do exterior. Um dado que demonstra o prestígio ou o poder dos africanos entre os

⁴¹ *Idem*, p. 102.

trabalhadores baianos é constatar sua significativa presença nos cargos de capitão. Se os africanos representavam 49 por cento do conjunto dos ganhadores, eles constituíam 57 por cento de sua liderança, sendo os demais capitães assim distribuídos quanto ao local de nascimento: 23 por cento em Salvador, 17 por cento em outros locais da Bahia e 3 por cento em outras províncias. Essas contas me levam a crer que a experiência — ou o controle histórico exercido pelos africanos no mercado de trabalho de rua em Salvador —, levava os trabalhadores nacionais, chegados a esse mercado mais recentemente, a se submeter a suas lideranças. Para isso tiveram que suspender o preconceito que muitas vezes guardavam contra os africanos, e que no passado havia sido um importante fator restritivo à participação de crioulos e pardos no mundo do trabalho de rua na Bahia.⁴²

Segundo o livro de matrícula, quando os africanos constituíam maioria no grupo, eles quase sempre faziam o líder. Já o contrário não se verificava. O Canto K, por exemplo, localizado no Cais do Moreira, agrupava 16 membros, apenas cinco deles africanos libertos, inclusive seu capitão, Zepherino de Moura, de 70 anos. Este canto, porém, apresentava uma outra característica: somente três ganhadores haviam nascido em Salvador, sendo todos os demais baianos do interior. Reunidos aos africanos, estes interioranos formavam no canto uma maioria de “forasteiros” na capital. Tínhamos assim o encontro entre pessoas que, talvez discriminadas pelos locais, se associariam entre si? Será que era essa a estratégia de recrutamento desenvolvida pelos africanos para renovar os membros de seus cantos, renovados antes do fim do tráfico através do ingresso de gente chegada da África? Em parte, sim.

Quando recrutavam fora de seu grupo, os africanos pareciam preferir ganhadores de fora de Salvador. No conjunto de cantos predominantemente, mas não exclusivamente africanos, a minoria brasileira estava assim distribuída: 39 nascidos em Salvador e 63 nascidos fora. Dos 16 cantos assim constituídos, apenas um não tinha um africano na chefia. Era o Canto CC, localizado na Preguiça, com 11 associados oriundos da África, cinco soteropolitanos e o preto santamarense Manoel do Bonfim, um sapateiro de 41 anos de idade, seu capitão.

⁴² Sobre isso, ver Reis, “A greve negra”, p. 23.

Nada no entanto parecido com o canto que se agrupava na porta de um depósito de açúcar em Santo Antônio do Cabrito, subúrbio de Salvador, constituído por 17 baianos, nove deles de Salvador, sob a liderança do único africano do grupo, o liberto Olympio Pedro Caetano, de 47 anos. Este homem, entretanto, era praticamente brasileiro. Relativamente jovem se comparado com os demais africanos em 1887, ele devia ter feito a travessia do Atlântico na década de 1840, ainda criança, com no máximo dez anos de idade. Então ele praticamente cresceu e se criou na Bahia, talvez nem sotaque tivesse, se não ficara isolado nalgum nicho étnico africano. Sua posição no grupo não representava, desta forma, aquela de um estrangeiro experiente que liderava ganhadores nacionais, tal como podia ser o caso do capitão do canto K visto acima. Era como se fosse realmente brasileiro.

Se os africanos recebiam brasileiros em seus cantos, estes também recebiam aqueles nos seus, embora mais raramente. Africanos individualmente, ou em grupos de dois, três e quatro participavam de alguns poucos cantos de brasileiros. É provável que fossem ganhadores pertencentes a pequenas nações que, por alguma razão, não haviam conseguido se integrar nas redes étnicas majoritárias da comunidade africana, dominadas pelos poderosos nagôs. E se adaptaram melhor vivendo, ou pelo menos trabalhando, entre os afro-brasileiros. Este pode ter sido exatamente o caso de Ivo Villarinho Gomes, mina, e Guilherme Cunha, jeje, os dois únicos africanos cujas nações foram explicitadas na matrícula. O primeiro fazia parte do Canto AA do Cais da Cachoeira, onde figurava como o único ganhador nascido na África, entre os 16 homens que formavam o grupo; o segundo se juntou ao Canto M, onde também era o único africano de seus 16 ganhadores. Ambos tinham como capitães cabras baianos, um com 40, outro com apenas 26 anos de idade.⁴³

Entretanto, nem sempre era tranqüila a vida do africano entre os brasileiros. Daniel da Silva Freire, 50, participava do Canto AV junta-

⁴³ *Livro de Matrícula*, fls. 35 e 73. A idade não parece ter sido decisiva na escolha de líderes, nem entre os africanos, **nem entre os brasileiros**. Entre estes, apenas quinze dos 37 capitães tinham mais de 40 anos; entre os africanos, apenas 55 por cento tinham idades acima de 60 anos, num grupo em que 74 por cento estavam nesta faixa etária. Na verdade, os mais **jovens eram favorecidos** na disputa pela chefia do canto, o que desfaz a idéia de que os africanos sempre mantinham aqui tradições africanas de autoridade dos mais velhos. Pelo menos nos cantos, antiguidade não resultava em posto.

mente com outros seis africanos libertos, além de sete pretos, seis pardos e um cabra brasileiros. O cabra era o capitão do grupo, Lourenço Astério Honorato, 41, com quem Daniel se desentendera e por esta razão passaria ao Canto AU, formado exclusivamente por gente nascida na África. Este parece ser um exemplo de africano que tentou mas não conseguiu trabalhar ombro a ombro com brasileiros. Mas os demais seis africanos aparentemente conseguiram.⁴⁴

A mistura de africanos e brasileiros nos cantos poderia representar, ao invés de enfraquecimento da exclusividade africana, uma subordinação de brasileiros a identidades étnicas africanas? Em cantos formados predominantemente por africanos, é possível que este tivesse sido o caso, embora devamos admitir que brasileiros pudessem ter se limitado apenas a fazer força ao lado de africanos. Mas os muitos imigrantes do interior acolhidos por estes provavelmente buscavam algo mais do que colocação no mercado de trabalho, buscavam talvez participar de novas redes de sociabilidade e solidariedade que os ajudassem a refazer suas vidas na cidade. O canto podia ser um começo, ou uma dessas redes. Através dele, quem sabe, talvez chegassem a candomblés e irmandades religiosas freqüentados pelos mesmos companheiros de trabalho. Apesar disso, eles nunca seriam “realmente” africanos — leia-se principalmente nagôs — na sua maioria. Encontramos apenas um ganhador que chegou perto disso, e era nascido em Salvador. Segundo anotação no livro de matrícula, Lino Antônio, 30, único brasileiro entre os 25 membros de seu canto era “natural desta cidade, [mas] fala com sutaque de africano”.⁴⁵ Morador na Rua dos Nagôs, Lino deve ter nascido e crescido entre pais, tios e tias africanos. Muitos crioulos como ele certamente existiam dentro e fora dos cantos, mas a maioria teria vínculos mais fracos com a comunidade africana.

E ainda havia os africanos que navegavam em sentido inverso. Mais uma vez a evidência se encontra na língua. “Fala português muito claro” — é o que se encontra anotado ao lado do nome do octagenário liberto africano Ricardo Burgos. Da mesma forma, Faustino José Pereira, preto fulo, alto, magro e imberbe era, segundo um escrivão algo con-

⁴⁴ *Idem*, fl. 145.

⁴⁵ *Idem*, fl. 133.

fuso, “natural da Freguesia do Socorro, digo é crioulo, mas nasceu na África, vindo muito pequeno para cá”.⁴⁶ Ele tinha 22 anos na época do seu registro no livro de matrícula, onde não consta ser escravo ou liberto. Tudo indica que veio para o Brasil como menino livre, na década de 1860, sob circunstâncias que desconhecemos. Pertencia a um canto com 18 membros, todos brasileiros. Tinha se tornado “brasileiro”.

Fossem Linos, Ricardos ou Faustinos, o processo de nacionalização demográfica dos ganhadores repercutiu em graus variados na composição dos cantos. E aqui foi decisiva a participação dos que vinham de fora de Salvador. Observei acima que cerca de 70 deles foram absorvidos pelos cantos dominados pelos africanos, mas a grande maioria — eles representavam ao todo quase 500 ganhadores — terminou se estabelecendo em cantos predominantemente brasileiros. Investiguei se eles se associavam a pessoas nascidas nos mesmos municípios ou cidades, da mesma forma que grande parte dos africanos o faziam no passado em torno de suas etnias. A resposta é sim e não. Há alguns casos de grupos pequenos, de dois a quatro ganhadores, oriundos do mesmo município, que se reuniam misturados a pessoas de outros lugares, mas nada como aquela exclusividade — ou quase exclusividade — étnica que parece ter caracterizado a maioria dos cantos africanos nos tempos do auge do tráfico transatlântico. Não há porque imaginar que os nove santamarenses encontrados no Canto GG do Cais do Ouro ali estivessem por mero acidente. Mas mesmo que essa pequena concentração resultasse da origem comum, até de pessoas que talvez já se conhecessem antes de vir para Salvador, eram só nove num universo de 38 ganhadores. O mesmo pode ser dito dos seis santamarenses do Canto DD, estabelecido em frente à Companhia de Navegação Bahiana por dezoito ganhadores. O certo é que, apesar dos nascidos em Santo Amaro serem numerosos entre os ganhadores de Salvador, ao invés de fundarem cantos exclusivos, eles se distribuíram por quase todos os cantos brasileiros e alguns africanos.⁴⁷

⁴⁶ *Idem*, fl. 94.

⁴⁷ A naturalidade dos capitães não parece ter sido fator decisivo na escolha do canto. Ou seja, não se verificou, num exemplo hipotético, que um capitão de Santo Amaro atraísse sistematicamente trabalhadores naturais de Santo Amaro para seu canto.

Não terá sido também por acaso que dois dos três únicos filhos de Camamú — vila costeira a 159 quilômetros de Salvador, no sul da Bahia —, se encontrassem reunidos no mesmo Canto OO, estabelecido no Beco da Carne Seca, imersos em meio a trinta trabalhadores. Tobias Manuel de Brito e Eguidumno – isto mesmo, talvez nome africano— Martins eram pretos, o primeiro com 25, o outro com 26 anos, provavelmente fizeram juntos a viagem em busca de trabalho na grande cidade. Muitos ex-escravos, antes e depois da Lei Áurea, devem ter feito o mesmo movimento desses moços, saindo juntos dos engenhos, fazendas e vilas do interior para tentar a vida de libertos na capital. A condição de ex-escravos então deve ser contada como mais um fator na escolha por determinados cantos.

Uma turma grande de libertos se transferiu de São Sebastião do Passé para o Canto XX em Salvador. Eram eles: Saturnino de Jesus, 30, preto, casado com Maria Faustina de Jesus, marinheiro de lancha, que fora escravo de Joaquim Ignacio Bulcão, de distinta extirpe de escravistas do Recôncavo; José Theodoro, 25, cor fula, ex-escravo de não menos distinto escravista, o Barão de Matoim; José Antonio Dorea, 48, ferreiro fulo, liberto do já falecido Isiquiel Antonio de Menezes Dorea. Do grupo também faziam parte Pedro Celestino, 26, cabra, e José Antero, 28, também fula, ex-escravos de João Baptista Pinto Sanches.⁴⁸

Como Pedro e José, muitos libertos deixaram para trás o mesmo lugar e o mesmo senhor. Pedro Francisco de Souza, de 18 anos, e Nilo Manoel de Souza, marceneiro de 19, imigraram de São Tomé de Paripe, onde foram libertados em 13 de maio de 1888, tendo sido escravos de Benjamim de Souza. Agora viviam na capital, no mesmo endereço, à rua das Larangeiras, e trabalhavam no mesmo Canto B, no Depósito de Açúcar Central. Continuavam no entanto carregando o sobrenome de quem os escravizara, o que aconteceria com muitos outros. Este hábito nos permite identificar mais ganhadores que haviam pertencido ao mesmo dono. No Canto PP encontramos alguns, como os africanos Agostinho e Vicente Baraúna, além de César, Luiz e Tobias Teixeira Gomes. Do Canto QQ faziam parte Antonio, 31, nascido em Salvador, Severiano,

⁴⁸ *Idem*, fls. 144-145.

27, natural de Alagoinhas, e Januario, 22, oriundo de Pernambuco. Tudo indica que eles se matricularam no mesmo dia, no mesmo canto, todos moravam no Barbalho e tinham o sobrenome Ferreira Lima.⁴⁹ Esses e outros libertos talvez já estivessem agrupados no ganho antes mesmo de haverem alcançado a liberdade. E depois permaneceram juntos.

O exemplo mais singular de reunião de ganhadores que um dia haviam sido escravos do mesmo dono aconteceu no Canto AX, localizado no Largo do Guadalupe. O grupo era formado por dezesseis membros, quase todos libertos nascidos em Salvador, na Chapada Diamantina, no Recôncavo, no Pará e na África. Seu capitão, empossado em setembro de 1887, chamava-se Aprigio Francisco, um pardo relativamente jovem em seus 29 anos, de impressionantes cabelos cor de fogo, natural de Santo Amaro, a 67 quilômetros de Salvador. Os únicos membros do canto nascidos livres eram um pardo de 20 anos, também santamarense, e um preto de 16, nascido em Salvador. Pois bem, treze dos libertos haviam pertencido a Raimunda Porcina Maria de Jesus, morta em outubro do mesmo ano.⁵⁰

Porcina tinha sido uma mulher excepcional. No registro do Canto AX, seu nome aparece apenas uma vez, quando o escrivão matriculou um de seus libertos, Pedro Felisberto dos Santos. Na matrícula dos demais libertos aparece a anotação: “foi escravo da chapadista”. O que queria dizer? Felizmente, numa mesa ao lado no Arquivo Público, trabalhava meu amigo e formidável pesquisador Walter Fraga, que acudiu-me. Quando lhe mencionei o nome, Porcina, lembrou ser ela dona de um grupo de músicos escravos que formavam a Banda da Chapada, nome provavelmente retirado de Chapada Diamantina, onde circulava dando apresentações. Na verdade parece que a banda se apresentava em todo interior baiano, além de ser famosa em Salvador. Tanto assim que Porcina podia ser reconhecida por seus contemporâneos apenas como a “Chapadista”.

Walter Fraga havia topado com uma nota de jornal sobre a banda e, mais importante, com o testamento de Porcina, feito em 1887.⁵¹ Nele a

⁴⁹ *Idem*, fls. 5, 116, 119-120 e 124,.

⁵⁰ *Idem*, fl. 51.

⁵¹ APEBa, *Livro de Registro de Testamentos*, nº 61, fls. 156v-158v.

senhora, que não tinha herdeiros, deixava libertos 29 escravos (25 homens e quatro mulheres) dos 34 (28 homens e 6 mulheres) que possuía. Não se pode dizer que foi um gesto de grandeza. Em 1887 era mais do que evidente que a escravidão estava com os dias contados. Além disso, ela não tinha parentes que fossem prejudicados por seu gesto. E ainda deixaria quatro escravas prestando serviço a pessoas que ela intitulou “seus protegidos”, e a um criado, Tibério, irmão de uma das libertas, Theodolina. Não é fácil decifrar os sentidos dessas redes afetivas.

Diante desses dados, uma dúvida se coloca: seriam todos os seus 27 escravos membros da Banda da Chapada? Só se a resposta fosse sim poderíamos afirmar com certeza que os ganhadores do Canto AX eram músicos. Se a resposta é que alguns eram, outros não, esse canto poderia ter sido formado pelos que não fossem músicos. O problema é que não temos certeza. Neste canto só temos treze ex-escravos da Chapadista. Fora dele só está registrado mais um libertado dela. Que dizer dos demais quinze? Seriam estes, e apenas estes, os músicos de sua banda?

Dos ganhadores do Canto AX, muitos haviam adotado o nome da senhora, o que era comum entre libertos, que assim projetavam para a liberdade algo da dependência da escravidão. Chamavam-se Gasparino Porcino de Jesus, 27, fula; Manoel Porcino de Jesus, 19, fula; José Porcino de Jesus, 60, africano; Vicente Porcino de Jesus, 45, fula; Casiano Porcino de Jesus, 60, fula; Manoel Porcino, 37, preto. De quebra, havia uma Theodolina Porcina de Jesus, casada com o ganhador Pedro Felisberto dos Santos, preto de 30 anos, que escapara de carregar o nome da senhora. Pedro — que aparece no testamento como Pedro Crioulo — e o preto Jacintho Santos, 33, outro ex-escravo da Chapadista, quando comprados por ela talvez já tivessem sobrenomes tomados a outro senhor. Ou talvez buscassem, com o sobrenome Santos, invocar devoção católica.

Porcina era uma mulher rica. Além dos escravos, possuía várias casas, cujos aluguéis doravante seriam distribuídos entre seus libertos, numa proporção de dez mil réis mensais para uns, e cinco mil réis para outros. Pelo menos os que moravam na Fonte das Pedras ocupavam um sobrado de sua propriedade. Sobre os instrumentos da banda, ela escreveu que já os havia deixado “a diversas pessoas da minha amizade e que



Fabricante de cestos. Foto de Marc Ferrez, Bahia, c. 1870-1880.

comigo sempre conviveram”. Quero crer que essas pessoas fossem seus ex-escravos músicos, embora seja estranho que ela não tivesse sido mais explícita.

Porcina havia morado na Fonte das Pedras, onde continuavam vivendo seis de seus libertos ganhadores. Os demais moravam ali perto, cinco na Rua da Independência e dois no Desterro. O canto que eles formaram foi também estabelecido naquela vizinhança, o Largo do Guadalupe. A senhora formara um grupo cuja condição escrava, em si, não

basta para explicar sua coesão. Supondo que esses ganhadores fossem músicos, a unidade era provavelmente dada pela autoridade da senhora e o tipo de ocupação dos escravos, com uns dependendo dos demais para funcionarem como orquestra. Não creio, no entanto, que os escravos se dedicassem apenas à música. Talvez até empregassem a maior parte do tempo no ganho, antes mesmo de adquirirem a liberdade, uma vez que as apresentações da banda não seriam coisa de todo dia. Lembro das bandas de barbeiros, cujos membros tocavam bumbas e clarinetas tanto quanto navalhas e tesouras. Talvez o próprio canto registrado em 1887 já existisse anteriormente, quando seus membros ainda eram escravizados. Neste caso o grupo de libertos apenas dava continuidade a uma experiência iniciada no cativo. Muitas possibilidades nessa história.

Um ex-escravo da Chapadista desgarrou-se do grupo, embora continuasse nas redondezas, no Canto AT, também instalado no Guadalupe. O africano Pedro da Costa optou por se estabelecer num grupo formado só por africanos, onde figurava como ajudante, talvez um desses casos em que identidade étnica falasse mais alto do que identidade ocupacional. O próprio nome por ele adotado é uma alusão à Costa da África. Em sentido inverso, José e Cassiano Porcino de Jesus, também africanos, ficaram no grupo. Seus próprios nomes sugerem maior integração à banda de Porcina.⁵²

As cores dos cantos.

Vejamos que outras conexões possíveis podem ter pesado na escolha e/ou acolhimento dos ganhadores por certos cantos. Tendo analisado já longamente o local de nascimento, pretendo agora examinar se há alguma correlação entre os cantos e a cor da pele de seus membros.

As categorias raciais encontradas na matrícula de 1887 variavam muito, em especial a cor dos indivíduos.⁵³ Como se tratava de descre-

⁵² *Idem*, fl. 123.

⁵³ Falo de categorias “raciais” no sentido de que cor e outros atributos físicos são os elementos centrais da ideologia racial brasileira, historicamente constituída. Sobre por que falar de *raça* neste sentido, ver Antônio Sérgio A. Guimarães, *Racismo e anti-racismo no Brasil*, São Paulo, FUSP/Editora 34, 1999, esp. caps. 1 e 2.

ver as características físicas dos trabalhadores com o intuito de identificá-los, e assim obter melhor resultado no controle policial, o escrivão de polícia anotou as nuances cromáticas que diante dele se apresentavam. Suponho que a classificação racial foi atribuída pela polícia e não definida pelos próprios ganhadores. Temos assim uma longa lista de cores, sendo as mais recorrentes preto, fula, pardo, mulato, caboclo e cabra. Aqui desaparece o termo *crioulo*, que – vindo de muito antes – atravessaria quase todo o século XIX como definidor do negro nascido no Brasil, para diferenciá-lo do africano, antes frequentemente referido apenas como *preto*. *Preto* agora valia para descrever negro brasileiro ou africano, o que acredito ser mais um indício de que a sociedade se adaptava para conviver com apenas um tipo de negro: aquele nascido no Brasil. Este, ao passar a ser chamado como antes eram chamados os africanos, sofreu uma espécie de africanização no sistema de classificação racial hegemônico. Pode-se dizer que o crioulo foi rebaixado à categoria de africano no imaginário do fim do século, digo rebaixado porque este era antes visto como mais próximo da barbárie do que aquele.⁵⁴

Outros termos correm por conta daquela busca de singularidades individuais referida antes. Por *fula*, entenda-se o negro cuja pele não é de um preto denso, seguro, mas característico dos africanos da nação fulani, de onde deriva o termo — sem que se entenda que preto *fulo* fosse descendente de fulanis, uma nação aliás pouco numerosa entre os africanos traficados para a Bahia. Por *cabra* entendia-se alguém com a pele entre parda e preta; *caboclo*, alguém com as características mais próximas do indígena brasileiro, mestiço de índio com negro ou com branco, com cabelos de tipo variado, a depender da ascendência.

As demais categorias acima mencionadas não são problemáticas, embora seja necessário gostar de classificar cores para distinguir

⁵⁴ A associação entre africanidade e barbárie neste período não se limita ao chamado “racismo científico”. Sobre este, em geral, ver Renato da Silveira, “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”, *Afro-Ásia*, 23 (2000), pp. 89-145. Sobre sua institucionalização no Brasil entre 1870 e 1930, ver Lilia Schwarcz, *O espetáculo das raças*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993. Um exemplo baiano de época é a obra de Nina Rodrigues, claro. Ver ainda sobre a detração da africanidade na Bahia da República Velha, Wlamyra Albuquerque, *Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*, Campinas, Editora da UNICAMP; CECULT, 1999; e Meire Lúcia dos Reis, “A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana”, Mestrado, UFBA, 2000, esp. caps. 4 e 5.

as diferenças sutis entre pardo e mulato, por exemplo, ou entre fula e cabra. Muitas vezes a diferença estava no cabelo, mas no canto estabelecido na refinação do Ferreira, por exemplo, há vários pardos com cabelo “carapinha” e um com “cabelos anelados”; no Canto FF, da rua da Força, trabalhava um pardo de cabelo “corrido”, e no S um alfaiate pardo de “cabelos lisos”. No Brasil, e isso vem de longe, a classificação racial é em grande medida situacional, depende do contexto, da posição social de quem classifica e de quem é classificado, e a coisa se complica sobretudo quando se trata dos mestiços.⁵⁵ Em 1887, o policial provavelmente tendia a classificar “para baixo” os trabalhadores braçais. Assim, por exemplo, não se conformando que um ganhador do Canto AL, um alagoano, fosse branco, ele o classificou como sendo de “cor clara quase branco”.⁵⁶ Fosse este um professor de Medicina Legal, ou mesmo um policial, talvez o funcionário não tivesse dúvida em registrar *branco*. Ganhador é que não podia ser facilmente branco.

Como se dá ainda hoje em pesquisas com respostas abertas de classificação racial, encontramos na matrícula de 1887, além dos termos mencionados no parágrafo anterior, numerosas outras expressões referidas a cor de pele: preta escura; escura; preta anêmica; fula anêmica; cabra fula; cabra escura; parda escura; parda acaboclada; parda macilenta; parda clara; parda afogueada; acaboclada; avermelhada; morena.

Com o risco de empobrecer o imaginário da época, eu tomei a liberdade de reclassificar todas essas figuras raciais em torno daquelas cinco ou sete mais frequentes e que melhor demarcavam fronteiras raciais: preto, pardo ou mulato, cabra, caboclo e branco ou “quase branco”. Resultou a seguinte distribuição racial dos ganhadores de canto em 1887: 1421 (83,4%) pretos; 136 (8%) pardos e mulatos; 105 (6,2%) cabras; 37 (2,2%) caboclos; e 4 (0,2%) brancos e quase brancos. No meio da grande maioria preta, os africanos participavam com mais da metade (58%). Quando os retirei da contabilidade racial dos cantos,

⁵⁵ Ver a esse respeito Yvonne Maggie, “Introdução: cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar”, in *Catálogo: Centenário da Abolição* (Rio de Janeiro, CIEC/Núcleo da Cor/UFRJ, 1989), pp. 1-29.

⁵⁶ O caso excepcional da composição racial do canto AL é discutido mais adiante.

para melhor observar como os 881 brasileiros estavam divididos, o resultado foi o seguinte: 68 por cento pretos; 15,5 por cento pardos e mulatos; 12 por cento cabras; 4,2 por cento caboclos; 0,4 por cento brancos e quase brancos.

Mesmo subtraindo os africanos, os pretos ainda mantinham uma enorme dianteira sobre os demais grupos. Considerado em seu conjunto, preta ainda era a cor típica do ganhador de Salvador no final da década de 1880. Supondo que a distribuição racial da população de Salvador se manteve a mesma entre 1872 e 1887, observa-se uma super-representação, de mais de 50 por cento, dos pretos entre os ganhadores, ou seja, eles representavam 23 por cento no conjunto dos habitantes da cidade e 83,4 por cento dos trabalhadores de canto. Todos os demais grupos, à exceção dos caboclos, se encontravam drasticamente sub-representados nos cantos (Ver tabela a seguir).⁵⁷

Ganhadores e população de salvador e seu termo segundo cor

Cor	Cantos (1887)		Censo de 1872	
Pretos	1.421	83,4%	27.179	22,8%
Pardos	136	8,0%	53.779	45,0%
Cabras	105	6,2%	não consta	-
Caboclos	37	2,2%	2.210	1,8%
Brancos	4	0,2%	36.296	30,4%
Total	1.703	100,0%	119.464	100,0%

Não deixa de ser importante a entrada de outros tipos raciais neste setor do mercado de trabalho ainda dominado pelos negros. Além da substituição dos africanos pelos nacionais, essa é a outra importante novidade do período: a entrada de mestiços e até brancos no mundo dos cantos, trinta anos antes inteiramente negro. Talvez se possa considerar

⁵⁷ Os dados do censo de 1872 foram retirados de Manuel Jesuino Ferreira, *A Província da Bahia: Apontamentos*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875, pp. 32-33. Foram contabilizadas as seguintes freguesias: Sé, São Pedro Velho, Santana, Conceição da Praia, Vitória, Rua do Paço, Pilar, Santo Antônio, Brotas, Mares, Penha, Itapoan e Pirajá. As cinco últimas se localizavam fora do miolo urbano da cidade.

este mais um indício das dificuldades econômicas da época, que teriam obrigado muitos mestiços e um pequeno punhado de brancos a se empregar num setor historicamente estigmatizado como negro, na verdade como africano, até pouco tempo antes. Isso sugere que sobretudo os mestiços estavam em queda na hierarquia social, um quadro bem diferente daquele pintado por Gilberto Freyre sobre a ascensão do mulato no Brasil imperial.⁵⁸ Possivelmente mais mulatos estavam caindo do que subindo na escala social.

No ambiente dos cantos de Salvador, os recém-chegados mais pálidos se misturavam, obrigatoriamente, aos negros, porém sobretudo aqueles nascidos no Brasil. À exceção dos cantos inteiramente formados por africanos, não se observa uma tendência à separação racial entre os ganhadores. Existiam alguns cantos formados inteiramente por trabalhadores descritos como pretos, fossem brasileiros ou mistos de brasileiros e africanos, o que era normal devido ao grande número de pretos na categoria. O Canto J, por exemplo, reunia vinte africanos e onze pretos brasileiros. Os cantos AQ, MN e RR eram formados, respectivamente, por nove, quatro e 19 pretos nascidos no Brasil. Mas a maioria dos cantos nacionais abrigava pardos, cabras e caboclos, misturados com a maioria preta.

Os mestiços inclusive chefiavam alguns grupos, 14 ao todo, numa proporção equivalente à que representavam na população de ganhadores. É o que revela o quadro adiante. Sete cabras e seis pardos chefiavam cantos, apesar de serem minoria na maioria deles. Observe-se, porém, que quase sempre não eram minorias numericamente desprezíveis. De fato, esses cantos agregavam 100 mestiços, equivalentes a 36 por cento do conjunto de ganhadores mestiços matriculados. Verifica-se então uma super-concentração de mestiços nesses 14 cantos. Se a distribuição fosse justa eles só deveriam agrupar 43 mestiços. Do que se conclui que, ou os mestiços estavam sendo para eles atraídos por se tratarem de grupos chefiados por homens de sua qualidade; ou uma vez reunidos em bom número neles, conseguiam fazer seus chefes.

⁵⁸ Esse o tom predominante em Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, 7a ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora: Instituto Nacional do Livro, 1985, esp. caps. xi e xii. Há porém uma passagem (pp.607-608) onde escreve sobre os mulatos pobres “de rua” – mas não trabalhadores —, que definiu como pessoas “socialmente patológicas” (p. 607).

Composição racial dos cantos chefiados por mestiços

Cantos com capitães cabras:

Canto M:	10 pretos;	1 pardo;	1 caboclo;	4 cabras.
Canto AK:	5 pretos;	1 pardo;	1 caboclo;	5 cabras.
Canto AL:	2 pretos;	7 pardos;	7 caboclos;	2 cabras;
			5 brancos ou “quase brancos”.	
Canto AA:	12 pretos;	1 pardo;		4 cabras.
Canto BK:	10 pretos;	5 pardos;		4 cabras.
Canto BR:	3 pretos;	3 pardos;		3 cabras.
Canto GG:	26 pretos;	4 pardos;		10 cabras.
Canto AV:	14 pretos;	6 pardos;		1 cabra.

Cantos com capitães pardos:

Canto C:	7 pretos;	6 pardos;		1 cabra.
Canto AE:	9 pretos;	5 pardos;		
Canto F:	12 pretos;	3 pardos;		2 cabras.
Canto AX:	14 pretos;	3 pardos;		
Canto BL:	18 pretos;	5 pardos;		
Canto DD:	13 pretos;	2 pardos;	2 caboclos;	1 cabra.

Em quase todos esses grupos, os pretos, apesar de mais numerosos, não faziam seus capitães. Seria este um indício de que estariam sendo preteridos de posições de liderança pelos recém-chegados? Não dá para dizer que sim apenas baseado num quadro fixo como este disposto no *Livro de Matrícula*. Para responder à questão teríamos que saber mais sobre o processo de escolha dos capitães, e se a cor da pele contava na mesma proporção que contava para a ascensão social na sociedade envolvente, onde os mestiços tinham mais chances de progredir que os pretos.

Podemos também arriscar uma outra hipótese, a de que neste mundo do trabalho os afro-brasileiros, fossem pretos ou mestiços, estariam mais identificados à sua classe do que aos seus perfis raciais. (Sem que estes deixassem de contar, conforme demonstrei no penúltimo parágrafo.) Isso tinha implicações para a identidade racial (e étnica, não esquecendo os africanos). Quero sugerir que a distância entre preto

(africano e brasileiro), cabra, pardo ou caboclo seria menor neste mundo dos cantos, um lugar em que os não-brancos eram quase todos negros ou tratados como tais pelos que mandavam na Bahia. Daí que, talvez, a cor do chefe não fosse tão importante quanto outros atributos. Ainda assim vale lembrar que a maioria dos cantos continuava capitaneada por pretos, que também capitaneavam a maioria dos ganhadores mestiços.

Havia um canto chefiado por um cabra que destoava dos demais na sua composição racial. O canto AL, localizado na estação ferroviária da Calçada, consta como o único a possuir entre seus ganhadores dois “quase brancos” e três “brancos”, estes últimos provavelmente bem alvos, caiados como então se dizia, para merecer tal classificação. Os cinco ganhadores demonstraram possuir *esprit de corps* racial, reunindo-se todos num só canto. Aves raras, merecem apresentação detalhada. João Alves Damaceno, 36 anos, natural de Santana de Catu (Recôncavo), alto, cabelos castanhos lisos, usava bigode, cavanhaque e tatuagens. Tinha sido músico do 5º Batalhão do Exército, praça do corpo de polícia, latoeiro e era agora ganhador. Pedro Alves tinha 43 anos, cabelos lisos grisalhos e também usava cavanhaque. Nascera em Vila Nova da Rainha (atual Bonfim), no sertão baiano e, como Damaceno, tivera passagem pelo exército na posição de praça do 7º Batalhão. O mais jovem da turma branca era Thomas da Silva Mendonça, ainda buço em seus 18 anos, nascido em Salvador. Ele e Damasceno se matricularam juntos. Se este tinha o corpo tatuado, Thomas o tinha cheio de cicatrizes — corpos de classe trabalhadora.

Quanto aos “quase brancos”, eram eles Eduardo Pereira Lima, 30, natural de Penedo, Alagoas, com bigode e uma cicatriz sobre o estômago. O outro era Victorino de Souza, 50, único casado do grupo, que também usava bigode. Ambos possuíam cabelos “pretos anelados”, talvez a razão porque desmereceram a classificação de inteiramente brancos. Victorino, tal como Damasceno, havia nascido em Catú. Todos os cinco desse grupo moravam no mesmo bairro da Calçada onde funcionava o canto.

Este canto parece excepcional no sentido de abrigar, entre seus 23 membros, apenas um preto e um fula. Os demais estavam assim distribuídos: dois cabras, três brancos e dois “quase brancos”, sete par-

dos de vários matizes (escuro, acaboclado, macilento e simplesmente pardo), sete pessoas descritas como “acabocladadas”. O capitão do canto, no entanto, não era dos mais claros: o cabra Victorino dos Passos Vieira, 47 anos, oficial de ferreiro, morador na Imperatriz (no bairro de Itapagipe, próximo à estação ferroviária), com barba e cabelos grisalhos, e o rosto marcado por cicatrizes de varíola.⁵⁹ Talvez não seja coincidência que este grupo pouco negro estivesse num local não tradicional da geografia dos cantos, acolhendo ganhadores de um matiz racial — os brancos ou quase brancos — também não tradicional nesse setor do mercado de trabalho.

Conclusão

Creio que pela primeira vez em discussões sobre a formação da classe trabalhadora urbana nos estertores da escravidão, foi possível revelar em tamanho detalhe o perfil de um setor dessa classe. Podemos efetivamente ir além do paradigma da criouliização — de africano a brasileiro — e da transição — de escravo a livre — para estudar o papel desempenhado pelo perfil racial e, num certo grau, o perfil étnico na formação da classe trabalhadora livre nas vésperas da abolição, com projeções óbvias para o período imediatamente posterior.

O livro dos ganhadores aqui analisado fornece um mapa da distribuição racial dos trabalhadores de rua em Salvador no momento da abolição. Raça, entenda-se, é um termo aqui invocado para significar diferença étnica e de cor, diferenças muitas vezes sutis, conforme observei lá atrás. Presumivelmente, a etnicidade e certamente a cor da pele foram fatores importantes, embora nem sempre decisivos, para a organização interna dos ganhadores. Africanos e brasileiros, pretos, pardos, cabras e outros “grupos raciais” se encontravam bastante misturados no mundo dos cantos de Salvador. Além dos ainda numerosos cantos completamente africanos, uma herança do passado, apenas uns poucos ganhadores descritos como brancos e quase brancos convergiram para o mesmo canto, ainda assim um grupo cuja maioria era formada por mestiços, inclusive sua liderança.

⁵⁹ *Livro de Matrícula*, fl. 63.

Ao contrário de certas instituições coloniais (algumas também pós-coloniais) segregadas racial ou etnicamente, a exemplo dos corpos de milícias e irmandades católicas — ou mesmo os cantos de duas, três décadas antes —, os cantos aqui vistos pareciam se encaminhar para uma organização mais orientada por princípios classistas. Minha sugestão é que, na véspera da abolição, embora raça e etnia ainda representassem um princípio organizacional fundamental na sociedade baiana como um todo, no mundo do trabalho urbano de rua — se não no conjunto da classe trabalhadora —, seu peso tendia a ser mais leve. Esta tendência possivelmente foi estimulada pela agonia e derrocada final da escravidão, uma vez que a liberdade ajudou a nivelar, em alguma medida, trabalhadores que anteriormente se dividiam nas ruas em libertos e escravos. Ela foi talvez também estimulada pelo fato de que os ganhadores não eram apenas carregadores autônomos. Em função de um grande número deles possuírem ocupações especializadas, sobretudo ligadas ao setor de construção, muitos experimentaram, de tempos em tempos, o assalariamento, portanto tiveram a experiência de terem patrões. Ou seja, tiveram experiência de classe mais “clássica”.

Mas não pretendo superdimensionar esse lado clássico. Qualquer experiência de classe — ou racial e étnica — deve ser entendida no seu contexto, e este aqui é o do trabalho de rua em Salvador, ocupado principalmente por “gente de cor”. Mas da mesma forma que há já algum tempo deixou de ser inteligente a reificação da classe, não se deve achar que é agora inteligente reificar raça ou etnia. Em contextos tão racializados e etnicizados como era a Bahia oitocentista, a tentação é grande. Na conjuntura da abolição, no entanto, me parece mais possível resistir à tentação. É possível perceber que classe, raça e etnia estavam misturadas num jogo complexo, como sempre estiveram, mas pelo menos nas folhas deste *Livro de matrícula* — e supondo que essas coisas possam ser separadas — o lado da classe parecia estar se adiantando no jogo.

Todavia, visto tudo isso sob o ângulo da inserção dos ganhadores na sociedade baiana — e levando a sério a relação complexa entre classe, raça e etnia — podemos também concluir que nos cantos uma espécie de identidade afro-brasileira estivesse se constituindo por sobre

as diferenças de tonalidade de pele e origem. Ou seja, sob pressão da experiência de classe os ganhadores estariam se movendo na direção de uma identidade racial em que mestiços, negros brasileiros e negros africanos se reconheceriam como passageiros de um mesmo navio negro social baiano. Digo isso sabendo que a ideologia racial predominante na Bahia de então valorizava enormemente os mestiços sobre os negros. E também admito que tensões raciais devessem existir entre ganhadores mestiços e negros. Não obstante, argumento que ganhadores negros e mestiços, ao invés de estarem fazendo viagens identitárias divergentes, estariam convergindo em torno de um reconhecimento de que eram todos — ou quase todos — negros ou tratados como tais, numa sociedade dominada pelos brancos. Esta seria, eu sugiro, a tendência entre os trabalhadores de rua no final da escravidão. Estudos posteriores poderão confirmar ou infirmar a profundidade disso nos próprios cantos, sua extensão a outros setores da classe trabalhadora baiana e sua projeção para além da abolição.

Anexo

Regulamento policial para o serviço dos trabalhadores do bairro commercial

- Art 1° - Os trabalhadores do bairro commercial serão divididos em grupos, tendo cada um d'estes um chefe que se denominará - **Capitão de Canto**, e um ajudante que o substituirá em seus impedimentos.
- Art 2° - Cada grupo conterà um número ilimitado de trabalhadores.
- Art 3° - Todos os trabalhadores serão dados à matrícula na Polícia pelos capitães dos cantos, que para este fim os farão apresentar ao Dr. Chefe de Polícia, não podendo ser admittido quem não estiver legalmente matriculado
- Art 4° - Os cantos terão a denominação - **A., B., C.**, e assim por diante conforme a necessidade de sua collocação para conducção de objectos.
- Art. 5° - Os trabalhadores são obrigados a usar de camisa de mangas curtas, trazendo na do lado direito em lettras bem visiveis, feita de ganga vermelha, o numero de ordem, que lhes pertencer e acima d'estes a letra do canto respectivo.
- Art. 6° - A nomeação dos “capitães dos cantos” e de seus ajudantes será feita pelos trabalhadores de cada canto, mas só valerá depois de ser approvada pelo Dr. Chefe de Polícia, que os poderá demittir quando julgar conveniente.

Art. 7º - Será entregue pelo Dr. Chefe de Polícia a cada um dos capitães de canto gratuitamente um título de nomeação e cópia authentica das presentes instrucções para que possam facilmente todos saber dos seus deveres.

Art. 8º - Os trabalhadores são obrigados a obedecer aos capitães, que regularisarão, cada um em seu canto, o trabalho pela melhor forma possível de modo que haja igualdade de serviço e interesses entre seus subordinados.

Art. 9º - Os capitães responderão perante o Dr. Chefe de Polícia pelos seus subordinados que, durante as horas de trabalho, provocarem desordens, jogarem, embriagarem-se, usarem de armas prohibidas, emfim infringirem qualquer lei ou regulamento policial ou commeterem delictos.

& 1º - São ainda obrigados a communicar as infracções e crimes, fazendo ir immediatamente a presença da dita authoridade os subordinados que as commetterem, afim de serem legalmente punidos, conforme o caso pedir, sob pena de demissão do cargo por incapacidade.

& 2º - Darão mais parte do fallecimento, desaparecimento repentino, e de quesquer outros factos que alterem o numero dos trabalhadores.

& 3º - Essas communicações poderão ser feitas pessoalmente ou por escripto.

Art. 10º - Fica expressamente prohibido a qualquer carregador público, seja de que condição for, trabalhar no bairro commercial sem que se filie a um dos cantos e use do vestuario e distinctivo indicados n'este regulamento.

& Unico - Exceptuam-se os trabalhadores internos da Alfandega, Companhia Bahiana, trapiches, depositos ou de quesquer outros armazens ou casas commerciaes.

Art. 11º - As presentes instrucções serão alteradas, modificadas ou reformadas quando assim o entender o Chefe da Polícia da Provincia da Bahia, 5 de outubro de 1880.

O Chefe de Polícia
Virgilio Silvestre de Faria